

SEÇÃO DISTRITO FEDERAL

III EXAME DE ORDEM / 99 DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

12.02.00

QUESTÃO 1 (SETE PONTOS)

PEÇA: VALE 07 PONTOS.

A palavra agência é um dos modismos introduzidos no direito brasileiro em decorrência do movimento de globalização. Foi importado do direito norte-americano, que vem servindo de modelo para o fenômeno que já está sendo chamado de “agencificação”, tal a proliferação de entes com personalidade jurídica própria, que compõem a administração indireta do Estado.

Aqui elas são de duas espécies: a agência executiva e agência reguladora. A primeira é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para melhoria da eficiência e redução de custos. A segunda, em sentido amplo, seria, no direito brasileiro, qualquer órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta com função de regular as matérias que lhe são afetas.

Embora não haja disciplina legal única, a instituição dessas agências vem obedecendo mais ou menos ao mesmo padrão, o que não impede que outros modelos sejam idealizados posteriormente (Maria Sylvia Zanella de Pietro, in Direito Administrativo 11ª Edição-Atlas).

O certo é que, modismo ou não, as agências estão aí e com todo o amparo da legislação infraconstitucional, outras, com o amparo da própria Constituição Federal, como é o caso da ANATEL e da ANP, ex-vi dos arts. 21,XI e 177, § 2º, III.

Assim, com poderes tão amplos, a “Agência de Controle do Ar que Respiramos”, qualificada por lei como agência executiva, desejando instalar sua sede em Brasília, promoveu licitação, na modalidade de tomada de preços, para contratação de empresa especializada de construção, com o fim de realizar serviços de engenharia de reforço nas estruturas e reforma geral de prédio localizado no Setor Comercial Sul desta Capital, onde terá seu novo endereço, no valor global de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Paralelamente, como tinha interesse em veículos da marca Chevrolet, por se adequar mais ao perfil da agência e atender melhor às necessidades a que se destina, adquiriu, com dispensa de licitação, 10 veículos, sendo 4 ômnibus, para servir o presidente e os diretores, como carros de representação, e 6 corses, a serem utilizados como veículos de serviço, totalizando o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), já com um desconto obtido de 10% (dez por cento).

Finalmente, para instalar os gabinetes do presidente e dos diretores no mesmo prédio, adquiriu todo o mobiliário, de empresa especializada em móveis de escritório, com dispensa de licitação, no valor de R\$15.500,00.

Devido à urgência que o caso requeria, somente após a conclusão dos procedimentos é que os processos respectivos foram para a Consultoria Jurídica do Órgão, que deveria ter se manifestado antes, para pronunciamento, com data retroativa ao início dos feitos.

Você, como consultor, emita um só parecer abordando os três procedimentos levados a cabo pela citada agência.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

Não coloque seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e nº da OAB fictícios.

1. JOÃO BONZÃO, Subsecretário de Controle Interno de um Ministério, tomou conhecimento de irregularidades administrativas praticadas pelo Ministro Titular da Pasta, um amigo pessoal dele, que, por sinal, o havia indicado para o cargo de Subsecretário. Que providência legal deverá ser adotada por João Bonzão e qual a consequência para ele, caso não adote tal providência?
2. MANOEL SABIDÃO passou em concurso público para fiscal de tributos de Cajazeiras, grande e desenvolvido Município Paraibano. Foi empossado e entrou em exercício. Entretanto, não foi aprovado no estágio probatório. O que deverá acontecer com ele, levando em conta que se trata de servidor estável do Município?
3. PEDRO BOMDEMAIS, um auditor fiscal do Distrito Federal, aposentado, foi nomeado para exercer cargo em comissão de Chefe de Gabinete de uma Secretaria de Estado do DF. Entretanto, o Departamento de Pessoal da Secretaria recusou-se a dar-lhe posse, alegando que ocorre acumulação ilícita de cargo. Você, como assessor jurídico da Secretaria, qual seria seu posicionamento? Fundamente.

III EXAME DE ORDEM/99 DIREITO CIVIL

Prova Prático-Profissional

Data: 12.02.2000

PRIMEIRA QUESTÃO (sete pontos)

DADOS:

- LEOCÁDIO NEVES, agropecuarista, é legítimo proprietário de uma área de terras com 250 alqueires, situada na Fazenda “Água Clara”, no Município de Cristalina, Estado de Goiás, conforme Escritura Pública.
- Referido imóvel faz divisa, pelo lado sul, com área de terras de propriedade de SARAIVA BRASIL, agricultor, com plantação de soja e trigo.
- Aproveitando-se da ausência de LEOCÁDIO NEVES, no dia 10 de abril de 1.999, SARAIVA BRASIL invadiu essa propriedade vizinha, mudando a divisa, por cerca de 100 (cem) metros para dentro.
- De imediato passou o trator e preparou a terra para estender suas plantações.
- Inconformado, LEOCÁDIO NEVES recorreu ao Poder Judiciário.

PEDIDO:

- 1 - Redigir, em nome de LEOCÁDIO NEVES, ação competente para haver sua terra invadida;
- 2 - Observar, em toda a extensão, os fundamentos legais da petição inicial

(art. 282, CPC);

3 - Considerar na redação dessa petição as regras básicas de acentuação, pontuação, concordância.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO.-

Não coloque seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e n° da OAB fictícios.

2ª QUESTÃO (um ponto)

Pode o dono do imóvel hipotecado, mediante novo título, constituir sobre ele, outra hipoteca, em favor de outro credor?

Resposta: -

OBS: - Justifique a resposta, fundamentando com o dispositivo legal.

3ª QUESTÃO (um ponto)

O credor pode resolver a obrigação, não sendo o devedor culpado e, a coisa se deteriorar?

Resposta: -

OBS: - Justifique a resposta, fundamentando com o dispositivo legal.

4ª QUESTÃO (um ponto)

As pessoas declaradas incapazes pelo Código, podem adquirir por testamento, quando existentes ao tempo da morte do testador?

Resposta: -

OBS: - Justifique a resposta fundamentando com o dispositivo legal.

III EXAME DE ORDEM / 99
DIREITO PENAL

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 12.02.00

1ª Questão (7 pontos)

Eduardo Couto Arruda, indiciado em inquérito instaurado na 28ª Delegacia Policial por acusação de prática do crime de extorsão, vendo-se na iminência de ser criminalmente identificado por ordem do titular daquela delegacia contratou-o para defendê-lo. Você, como providência inicial, impetrou *habeas corpus*, comprovando ser o mesmo civilmente identificado, conforme cópia xerox autenticada de sua cédula de identidade nº 150. 729, expedida pela SSP-GO, em 12 de outubro indicando como autoridade coatora o delegado acima referido. Contudo, o juiz da 16ª Vara Criminal de Brasília-DF, adotando as mesmas razões expostas nas informações do delegado de não ser Eduardo identificado civilmente no distrito de culpa, denegou a ordem, em 21 de maio (5ª feira) de 1998, do que você tomou ciência em 27 do mesmo mês. Inconformado com o ato constrangedor prestes a se concretizar em desfavor do seu cliente, você tomou a

providência cabível à espécie no último dia do prazo.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.

1º Problema (1 ponto)

Dr. Maia, advogado de Renato e Dr. Ribeiro, advogado de Narciso, entendendo não ser conveniente fossem os dois julgados por crime de homicídio naquela mesma sessão, acordaram em cindir o julgamento. Dr. Rangel, promotor de justiça, sabendo ser impossível evitar a cisão se os defensores adotarem o procedimento cabível, mas querendo julgar naquela sessão o réu Narciso, deverá adotar um único procedimento. Indicar de forma resumida como devem proceder os Drs. Maia, Ribeiro e Rangel para concretização dos seus interesses.

Resposta:

2º Problema (1 ponto)

Bernardo, com 19 anos, em razão de, após haver subtraído de Marina um valioso anel, ameaçado-a de morte com um revólver, caso levasse o fato a conhecimento de alguém, foi condenado à pena de 7 anos de reclusão. A sentença transitou em julgado em 15 de setembro de 1998. Indicar, sem necessidade de demonstração, a data exata em que ocorrerá a prescrição da pretensão executória.

Resposta:

3º Problema (1 ponto)

Ernesto e Mário, vigias da Empresa Universal de Tratores, Caminhões e

Equipamentos S/A, percebendo que Laércio, contador da empresa, às sextas-feiras a pretexto de “adiantar o serviço”, permanecia em sua sala, após o expediente, quando então recebia amigos de ambos os sexos entregando-se à orgia até altas horas, ameaçaram-no de levar o fato a conhecimento da diretoria caso, no prazo de oito dias, não lhes entregasse a quantia de R\$ 5.000,00, em espécie. No prazo estipulado Laércio entregou a Ernesto e Mário a importância na forma combinada. Descoberta a trama Laércio foi despedido por justa causa e Ernesto e Mário responderam a ação penal sendo ambos condenados. Em razão de serem primários e de bons antecedentes o juiz condenou-os à pena privativa de liberdade em grau mínimo. Indicar de forma resumida a pena aplicada a cada um dos dois.

Resposta:

III EXAME DE ORDEM / 99
DIREITO DO TRABALHO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

12.02.00

QUESTÃO 1 (SETE PONTOS)

PEÇA

Manuel foi contratado, em junho de 1997, pela Padaria D’Esquina, para trabalhar das 4:00 horas até às 20:00 horas, de segunda-feira à sábado, com intervalo diário de 30 minutos para descanso e refeição. O empregador, José, exigia que o empregado chegasse ao trabalho, diariamente, com 15 minutos de antecedência para vestir o uniforme de trabalho e tomar café da manhã, que era fornecido pelo patrão. O trabalho do empregado compreendia: colocar a massa de pão no forno industrial e retirá-la, quando pronta, carregando os pães em cestos, com aproximadamente 100 unidades em cada um deles, para o andar térreo da padaria, onde seriam comercializados. Após o intervalo para descanso e refeição, que acontecia em horários alternados, mas, quase sempre, das 11:00 horas às 11:30 horas, o empregado atendia no balcão da padaria e pelas vendas realizadas teria ele direito a uma comissão de 0,5% do valor bruto vendido. O salário fixo mensal era de R\$ 408,00, acrescido das comissões que não incidiam nas demais verbas salariais. Em maio de 1998, a Padaria D’Esquina foi vendida, continuando o empregado a trabalhar para o novo proprietário, João, que passou a chamá-la de Padaria Portugal. O novo empregador manteve o salário fixo, mas cancelou a comissão sobre vendas, apesar de o empregado continuar a trabalhar também na função de vendedor. A padaria foi novamente vendida no mês de agosto de 1999 e o novo proprietário, Joaquim, que manteve o nome fantasia do estabelecimento, passou a descontar do salário do empregado a importância de R\$ 50,00 mensais, para pagamento do uniforme de trabalho e do café da manhã que lhe era servido. Descontente com sua situação, o empregado começou a faltar ao serviço e quando comparecia, o fazia exalando acentuado odor de bebida alcoólica. O empregador, não satisfeito com o comportamento funcional do empregado, despediu-o, sumariamente, por justa causa (desídia, mau comportamento e insubordinação), no dia 30 de setembro de 1999.

EXAMINANDO: diante do quadro acima e considerando que o empregado recebeu corretamente os salários fixos mensais, as férias, décimo terceiro, vale transporte, bem como, os depósitos do FGTS foram recolhidos pelos empregadores, ajuíze ação trabalhista reclamando os demais direitos não pagos, bem como, descaracterize a justa causa.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO.

Não coloque seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e nº da OAB fictícios.

1

QUESTÕES PRÁTICAS

1. A “CAT” - Comunicação de Acidente de Trabalho -, deverá ser expedida pelo empregador em que situações? (1 ponto)
2. A “LER” - doença profissional caracterizada por lesões decorrentes de esforço repetitivo - confere ao empregado algum tipo de estabilidade no emprego? Justifique. (1 ponto)
3. O “EXAME MÉDICO DEMISSIONAL” é uma faculdade ou uma obrigação do empregador para demitir o empregado? Justifique. (1 ponto)

III EXAME DE ORDEM / 99 DIREITO TRIBUTÁRIO

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

12.02.00

QUESTÃO 1 (SETE PONTOS)

PEÇA: VALE 07 PONTOS.

Dentro das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar encontramos o que se convencionou chamar de “imunidade tributária”. Trata-se, portanto, de expressão de cunho doutrinário, para estabelecer que determinada pessoa ou determinado fato não sofre a incidência de certos tributos. Exemplo de pessoas beneficiadas com a imunidade são os Sindicatos dos Trabalhadores.

Um número considerável de advogados, além de filiados a nossa Ordem, fundaram o “Sindicato dos Advogados do Brasil”, com instalação na confortável sede própria, localizada na SQN 1000 Bloco “X” salas 01 a 10, nesta Capital Federal. A referida

Organização Sindical, na pessoa do seu presidente, preocupada com possíveis problemas com o Fisco Distrital, uma vez que possui dois veículos; é proprietária do imóvel por ela ocupado e ainda presta serviços em benefício dos seus associados, não desejando formular processo de consulta administrativa, uma vez que nestes casos o Fisco sempre nega as pretensões da consulta, procurou você para ingressar com ação na Justiça, a fim de deixá-la tranqüila quanto a futuras notificações de lançamento.

Formule a peça processual adequada ao feito.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

Não coloque seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e nº da OAB fictícios.

1. XICO COITADO, chateado com a situação humilhante em que vive o servidor público, aderiu ao programa de demissão voluntária levado a efeito pelo governo federal e se desligou da função de analista de administração pública, que exercia no Ministério da Agricultura, pela qual, após 25 anos de serviços, percebia parcos vencimentos de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Com o acordo de desligamento, recebeu uma “ bolada ”. Sem saber em que aplicar seu dinheiro,

reservou parte dele e foi ao Paraguai comprar mercadoria para revendê-la em Brasília, na

Galeria do Banco Itaú, no Setor Comercial Sul.

Ocorre que, numa **blitz** integrada pela Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal,

Secretaria de Fazenda do DF e Polícia Civil do DF, toda a mercadoria foi apreendida.

Para não ser preso também, evadiu-se do local. Na confusão, deixou

cair um extrato daquele Banco Itaú, em que constava nome e CIC. Não tinha, contudo, seu endereço. Mesmo assim, os Fiscais Federal e Distrital lavraram o auto e procederam ao lançamento dos tributos, arbitrando valores de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada Fisco.

Diga em qual domicílio ele deverá ser demandado. Fundamente.

2. JOÃO DOS PRAZERES, um atuante vereador de Cajazeiras, progressista cidade paraibana, viajou para os Estados Unidos e, aproveitando os preços convidativos, trouxe em sua bagagem diversos equipamentos eletro-eletrônicos, como vídeo cassete, televisor, videoquê, aparelho de som, além de roupas, perfumes e outras mercadorias, ultrapassando a cota permitida em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Pode-se considerar João como contribuinte de algum imposto? Qual (is)? Fundamente.
3. Enquanto a tão falada reforma tributária não vem, o Governo Federal não pára de imaginar e criar situações para aumentar sua receita. Nesse sentido, durante o período de convocação extraordinária agora em janeiro, após intermináveis negociações com a oposição, conseguiu aprovar 4 leis, sendo duas ordinárias e duas complementares, instituindo e majorando 4 tributos, a saber:
 - 1ª. Instituinto empréstimo compulsório, para arrecadar dinheiro a ser empregado na construção e recuperação de estradas federais, consideradas como investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - 2ª. Modificando completamente as bases de cálculo do IOF, com o fim de possibilitar uma maior arrecadação.
 - 3ª. Instituído o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no art. 153, VII da Constituição Federal.
 - 4ª. Aumentando em 3% a alíquota da contribuição previdenciária paga pelo trabalhador.
Diga a partir de quando tais tributos poderão ser exigidos,
RESPECTIVAMENTE.